

# ACM cria novo impasse com Serra

■ Presidente do Senado tenta barrar proposta de emenda constitucional que vincula recursos da Saúde ao Orçamento

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tentará barrar hoje a inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional da proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula os recursos da Saúde ao Orçamento da União, criando um novo impasse com o ministro da Saúde, José Serra. O senador sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a retirada da medida entre os itens da pauta, alegando necessidade de enxugamento por considerá-la contraditória com a política do governo, que é contra à desvinculação.

Serra, entretanto, obteve o compromisso do secretário-geral da Presidência da República, ministro Aloysio Nunes Ferreira, de que a PEC da Saúde seria incluída entre os pontos prioritários da pauta. Se a medida for aprovada, o governo não poderá cortar os recursos para a Saúde e o Orçamento da União aumentará em mais 5% do seu valor. O Orçamento da Saúde ficará vinculado ao PIB nominal com direito a reajuste conforme a taxa de inflação. Em caso de elevação, o índice será repassado automaticamente para reajustar o Orçamento do Ministério da Saúde.

A nova divergência entre Serra e Antonio Carlos poderá deixar o Ministério da Saúde com problemas de caixa para o ano que vem. Este ano, o ministério gastou cerca de R\$ 20 bilhões. Mas se a medida provisória for aprovada, o Orçamento da União para o Ministério da Saúde aumentará mais 5% sobre o que foi gasto este ano. Outra mudança será a pos-

sibilidade do Orçamento da Saúde aumentar automaticamente de acordo com a inflação. Para Serra, o mais importante não é aumentar os recursos para a Saúde, e sim a garantia de que não haverá cortes. Nos estados, a previsão de aumento no orçamento da Saúde é de até 12% em 2004. Nos municípios, a vinculação atingiria até 15% em 2004.

Na Câmara dos Deputados, a medida foi aprovada em dois turnos, e chegou a obter na primeira votação 406 votos a favor contra apenas três contrários. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, teria dado aval para a aprovação pelos deputados, depois de reunião na semana passada com o ministro José Serra. Mas, no Senado, a bancada do PFL divulgou nota oficial condenando a medida.

Antonio Carlos utiliza um argumento regimental para derrubar a proposta. É o de que o Senado já teria no início do ano rejeitado uma proposta semelhante do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Mas, no entendimento dos juristas consultados pelo Ministério da Saúde, a medida teria que ser aprovada pelo menos em primeiro turno na convocação extraordinária para valer no ano 2000.

Os governadores e os prefeitos estão colocando a medida como uma das mais importantes para contar prazo e conversar durante o esforço concentrado. Alguns governadores são contra alegando que a vinculação poderá desvirtuar a política do governo. Também são favoráveis os representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que já divulgaram nota de apoio ao ministro José Serra.